



Simulado – Concurso Diretor de Escola 2017 | Parte 1

Legislação e Publicações Institucionais da Resolução SE 56/2016

1 – Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, uma meta constante na LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

(A) Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 100% e a taxa líquida para 75% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

(B) Ampliar o investimento público em educação até atingir o mínimo de 10% do (PIB) do país.

(C) Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 100%, nesta faixa etária.

(D) Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três inteiros e cinco décimos por cento) até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

(E) Oferecer educação em tempo integral em 100% das escolas públicas de educação básica.

2 – Acerca das metas e estratégias do PNE, analise a veracidade das seguintes afirmativas.

I. Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, especificamente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

II. Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parceria com as áreas de assistência social e saúde constitui uma das estratégias para universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de oito a dezessete anos.

III. Manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

IV. É estratégia da Meta 4 do PNE – implantar, ao longo deste PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e

de comunidades quilombolas;

Está (ao) correta (s):

- (A) I, II e IV
- (B) II, III e IV
- (C) Todas.
- (D) Nenhuma.
- (E) III e IV, apenas.

3 – Sobre o Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei Nº 13.005/2014, é incorreto afirmar que:

- (A) Uma de suas diretrizes é a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.
- (B) Caberá unicamente aos municípios a elaboração de seus correspondentes planos de educação ou adequar os planos já aprovados em lei, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas nesse PNE, no prazo de 1 (um) ano contado da publicação desta Lei.
- (C) O Fórum Nacional de Educação tem também a atribuição de acompanhar a execução do PNE e o cumprimento de suas metas.
- (D) Caberá aos gestores federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal a adoção das medidas governamentais necessárias ao alcance das metas previstas nesse PNE.
- (E) A meta progressiva do investimento público em educação será avaliada no quarto ano de vigência do PNE e poderá ser ampliada por meio de lei para atender às necessidades financeiras do cumprimento das demais metas.

4 – Em uma escola pública localizada na periferia de uma grande cidade, o diretor observava alto nível de absenteísmo nas reuniões do conselho de escola e, dentre as poucas pessoas que compareciam, certo desinteresse nos assuntos que compunham a pauta. Considere as seguintes ações:

- I. Considerar a falta de participação como um indicador de que a comunidade não tem interesse em participar da gestão e dissolver o conselho escolar.
- II. Rever os horários e datas de reunião, considerando a rotina de trabalho dos representantes do conselho escolar.
- III. Implementar uma política de premiação que motive pais e representantes da comunidade local a participarem das reuniões do conselho.
- IV. Repensar o formato das reuniões, investindo em pautas mais de natureza

consultiva e deliberativa do que apenas informativa.

V. Ampliar o convite à reunião, possibilitando que outras pessoas se interessem por compor o conselho escolar e dele participar.

As ações que mais se aproximam de uma gestão aliada aos princípios democráticos são as descritas APENAS em:

- (A). I, II e III.
- (B). III, IV e V.
- (C). II, IV e V.
- (D). II, III e IV.
- (E). I, II e V.

5 – Os conselhos escolares têm como objetivo pensar a prática educativa como um todo e também como processo. Eles têm ainda a particularidade de permitir ao grupo de participantes a visualização dos vários segmentos da escola, marcando um lócus de vivência do confronto de pontos de vista. Desta forma, assumem um espaço que vai além da dimensão individual, visando a:

- (A) Imobilidade do processo participativo, para a construção de uma gestão escolar.
- (B) Democratização da escola e a qualidade social do processo.
- (C) Implementação da cultura escolar, embora ela não tenha caráter participativo.
- (D) Manifestação de ações oriundas das decisões trazidas e assumidas pelo gestor escolar.
- (E) Gestão participativa e o entendimento de que o confronto de pontos de vista deve ser evitado.

6 – Analise as afirmativas sobre os conselhos escolares e marque o que for correto:

I – Os conselhos escolares são órgãos colegiados compostos por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras, no âmbito da escola.

II – Os conselhos escolares representam as comunidades escolar e local, atuando em conjunto e definindo caminhos para tomar as deliberações que são de sua responsabilidade.

III- Os conselhos escolares não se envolvem com os projetos político-pedagógicos das escolas, pois a definição destes projetos precisa estar a cargo de especialistas, para

que se garanta a sua qualidade, coerência e adequação.

IV - Os Conselhos Escolares, ao assumirem a função de estimular e desencadear uma contínua realização e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas, acompanhando e interferindo nas estratégias de ação, contribuem decisivamente para a criação de um novo cotidiano escolar.

Estão corretos os itens:

- (A) I, II e III
- (B) I apenas
- (C) II, III e IV
- (D) I, II e IV
- (E) I e II apenas

7 – Os conselhos escolares têm as seguintes funções:

- (A) Fiscalizadora, Instigadora, Deliberativa, Indutora.
- (B) Fiscal, Deliberativa, Consultiva, Mobilizadora.
- (C) Coercitiva, Fiscal, Deliberativa, Consultiva.
- (D) Deliberativa, Mobilizadora, Individualizadora, Consultiva.
- (E) Deliberativa, Competitiva, Resiliente, Mobilizadora.

8 – Em um ambiente educacional qualificado, a tecnologia pode permitir que os alunos se tornem:

- I - usuários qualificados das tecnologias da informação;
- II - pessoas que buscam, analisam e avaliam a informação;
- III - solucionadores de problemas e tomadores de decisões;
- IV - usuários criativos e efetivos de ferramentas de produtividade;
- V- responsabilizados pelo seu sucesso ou fracasso escolar;
- VI - comunicadores, colaboradores, editores e produtores;
- VII - cidadãos informados, responsáveis e que oferecem contribuições.

Estão corretas todas as afirmações, exceto:

- (A) I e II

- (B) III e IV
- (C) V
- (D) V e VI
- (E) VII

9 – Vivemos em um mundo alucinado de grandes velocidades e acelerações, com muitas turbulências, trazendo para a cena uma perspectiva não linear de pensamento. Um dos elementos marcantes dessa velocidade são as tecnologias de informação e de comunicação (TIC), que passam a fazer parte dos processos educativos. Compreendidas como elementos de cultura e não apenas como aparato tecnológico, as TIC possibilitam:

- (A) os mecanismos de transmissão de informações com vistas à retenção e reprodução por parte do estudante usuário.
- (B) a intensa criação de procedimentos de estudo por meio da constituição de comunidades virtuais de aprendizagem, além de garantir a articulação de toda a rede com escolas, professores e alunos.
- (C) os treinamentos para o mercado, desenvolvendo habilidades inerentes ao uso de programas e planilhas específicas.
- (D) a simplificação da informação associada aos mecanismos lineares de memorização, configurando a senha que garante uma melhor aprendizagem.
- (E) a construção de conhecimento a partir das trocas de informações que circulam nas comunidades virtuais de aprendizagem.

10 – Inserir-se na sociedade da informação não quer dizer apenas ter acesso à tecnologia de informação e comunicação (TIC), mas principalmente

- (A) saber utilizar esta tecnologia e informações que permitam a cada pessoa resolver os problemas do cotidiano, compreender o mundo e atuar na transformação do seu contexto.
- (B) criar redes de conhecimento, decorrente das interações do homem com objetos e artefatos.
- (C) permitir ao professor inserir em sua sala de aula tecnologias evoluídas, apesar dos dados do IBGE apontarem que 13,3% dos analfabetos são de pessoas entre 10 e 15 anos.
- (D) saber utilizar esta tecnologia para a busca e a seleção de informações que permitam a cada pessoa desenvolver os problemas do passado, pensando no futuro,



observando que o mundo não pode ser modificado em seu contexto.

(E) conhecer as TIC como possibilidade de conhecer o mundo, mesmo mantendo-se sempre na sala de aula.

11 – No que diz respeito ao currículo e à avaliação, para a alfabetização tecnológica os professores devem:

I - Utilizar as TIC para avaliar até que ponto os alunos apreenderam o conhecimento da disciplina escolar, dando informação de retorno aos alunos sobre seu desenvolvimento, usando avaliações formativas e cumulativas.

II – Utilizar as TIC prioritária e exclusivamente para corrigir e avaliar as tarefas de casa, pois a realização destas tarefas auxilia a aprendizagem dos conteúdos curriculares.

III - Ajudar os alunos a adquirirem habilidades em TIC no contexto de seus cursos.

IV – Utilizar as TIC para treinar os alunos na coleta de informações disponíveis na web.

São corretas:

(A) I e II

(B) II e III

(C) III e IV

(D) I e III

(E) Apenas IV

12 – De acordo com o Decreto nº 50.756 de 3 de maio de 2006 que altera o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres estabelecido pelo Decreto nº 12983 de 1978:

I - A APM, instituição auxiliar da escola, terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade.

II - A APM, entidade com objetivos sociais e educativos, não terá caráter político, racial ou religioso e nem finalidades lucrativas.

III – A exclusão do associado do quadro social só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa perante a Diretoria Executiva e de recurso para o Conselho Deliberativo, que se reunirá em sessão extraordinária para apreciar o fato.

IV – A convocação da Assembleia Geral e dos demais órgãos deliberativos far-se-á na

forma deste estatuto, garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la.

V – A Assembleia realizar-se-á, em primeira convocação, com a presença de mais da metade dos associados ou, em segunda convocação, meia hora depois, com qualquer número.

Assinale:

- (A) Se apenas I, II e III estiverem corretas.
- (B) Se apenas I, III e IV estiverem corretas.
- (C) Se apenas I, III, IV e V estiverem corretas.
- (D) Se todas estiverem incorretas.
- (E) Se todas estiverem corretas.

13 – A prática de gestão do diretor de uma escola tem como ponto forte a percepção da escola como instituição que representa importante centro de convivência coletiva – espaço de troca de conhecimentos e de socialização. Nas reuniões em que os responsáveis pelos estudantes são convidados a participar, são sempre registrados, por escrito, depoimentos dos presentes. Ao analisar esses relatos, o diretor identificou alguns fatores que desarticulam a relação entre a escola e a comunidade:

- a escola continua sendo desconhecida para os pais;
- existem expectativas não atendidas entre escola e comunidade;
- a participação demandada pela escola às famílias limita seu envolvimento na vida escolar.

O relato que levou o diretor às conclusões apontadas acima foi:

- (A) “Somente sou chamado à escola para ouvir reclamações sobre meus filhos, ou para ser comunicado sobre decisões sobre as quais não fui consultado”.
- (B) “Não tive a oportunidade de concluir meus estudos, por isso não sou capaz de auxiliar e incentivar minhas crianças na realização das tarefas”.
- (C) “A qualidade do ensino e da aprendizagem não é satisfatória, o que tem sido evidenciado nas avaliações de desempenho dos meus filhos”.
- (D) “As quadras e outros espaços da escola são constantemente usados para fins não educativos, diminuindo o potencial dos ambientes escolares”.

14 – O Programa Ensino Integral tem por objetivo assegurar a formação de jovens autônomos, solidários e competentes por meio de um novo modelo de

escola. Esse novo modelo, entre outras características, prevê:

- I - Jornada integral de alunos
- II - Currículo integrado
- III - Matriz curricular diversificada
- IV - Regime de Dedicação Plena e Integral dos educadores
- V – Material didático pedagógico exclusivo e específico para o Programa
- VI - Infraestrutura que atenda às necessidades pedagógicas do Programa.

Todas as afirmativas acima estão corretas, exceto o (s) item (ns):

- (A) I e II
- (B) Apenas II
- (C) III e IV
- (D) V e VI
- (E) Apenas V

15 – Para que todo o processo de avaliação de competências nas Escolas de Ensino Integral ocorra de modo pleno o Diretor da escola acompanha as condições técnicas do Sistema. O Sistema de Avaliação das Equipes Escolares do Programa Ensino Integral utiliza as informações de outros sistemas, quais sejam:

- I - da Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos (CGRH), para definir quais são os profissionais designados nas escolas do Programa, sujeitos e participantes da avaliação;
- II - do sistema de atribuição de aulas da Secretaria Escolar Digital, para identificar os professores de cada turma e disciplina.
- III - os dados de matrícula do Sistema de Cadastro de Alunos, para atribuir o perfil aos alunos avaliadores.
- IV – os dados constantes nos boletins individuais dos alunos.

Está correto o apontado em:

- (A) I e II
- (B) II e III
- (C) I, II e III

(D) II, III e IV

(E) III e IV

16 – “O Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) é um indicador de qualidade da escola que sintetiza informações de desempenho e fluxo escolar, e tem como principal objetivo diagnosticar e monitorar a performance das escolas em termos da proficiência e do rendimento dos seus alunos, além de estabelecer metas para a melhoria da qualidade do ensino na rede estadual paulista”. (SEE-SP, Caderno do gestor: gestão do currículo na escola, v.1, 2009, p.7). O cálculo do IDESP considera dois critérios complementares, a saber:

(A) o desempenho dos alunos, medido pela Prova Brasil; e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), coletado pelo MEC.

(B) a distribuição dos alunos nos quatro níveis de proficiência definidos a partir das expectativas de aprendizagem estabelecidas para cada série; e a Proposta Pedagógica do Estado de São Paulo.

(C) o desempenho dos alunos, medido pelos resultados do SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo); e o fluxo escolar, medido pelas taxas médias de aprovação coletadas pelo Censo Escolar.

(D) o desempenho dos alunos, medido pelos índices de avaliação e retenção; e o fluxo escolar, medido pelo índice de defasagem idade – série, ambos coletados na própria escola.

(E) os resultados alcançados pelos alunos em Língua Portuguesa e Matemática, medidos pelo SARESP; e os resultados obtidos pelos alunos em Ciências da Natureza e Redação, obtidos por meio das avaliações internas.

17 – Um grupo de professores do 4.º ano do Ensino Fundamental, conforme orientação do Coordenador Pedagógico desenvolveu uma série de instrumentos para avaliar os alunos durante determinado período de tempo: elaboração de relatórios de observação pelos professores, elaboração de portfólios e participação dos alunos nos trabalhos em grupos, além de testes de múltipla escolha e questões dissertativas. De acordo com o documento Gestão do currículo na escola: Caderno do Gestor (v.2, 2008), os instrumentos concebidos pelos professores se prestam à:

(A) avaliação externa; objetivo: desenvolvimento de sistema de avaliação voltado ao alcance da meta de mais e melhor educação para todos.

(B) avaliação interna; objetivo: criar uma tabela comparativa sobre o desempenho das classes para apresentar aos pais dos alunos.

(C) avaliação diagnóstica; objetivo: preencher a tabela de descritores a ser

apresentada no Conselho de Professores ao final do bimestre.

(D) avaliação formativa; objetivo: diagnosticar habilidades desenvolvidas e conhecimentos adquiridos ao final de uma etapa para planejar a abordagem dos temas subsequentes.

(E) avaliação reguladora; objetivo: mensurar e conferir a assimilação de conhecimentos e habilidades ao final do bimestre para regular o ensino à capacidade de aprendizagem dos alunos.

18 – Dentre as políticas de educação da SEE/SP está o SARESP, sistema de avaliação do rendimento escolar de São Paulo. Nos moldes do SAEB, sem ser idêntico a este, o SARESP pretende:

(A) Substituir o SAEB no âmbito do Estado de São Paulo.

(B) Avaliar o rendimento escolar de alunos em todas as séries do Ensino Fundamental.

(C) Coletar e sistematizar dados e produzir informações sobre o desempenho dos alunos.

(D) Avaliar as escolas que não foram sorteadas para a Prova Brasil.

(E) Servir de parâmetro para ingresso do aluno nas FATEC.

19 – Segundo Fini e Macedo, a comparação dos resultados do SARESP com o SAEB a partir de 2007 pode ser realizada devido às seguintes ações:

(A) 1. Foram contratados professores que já tinham elaborado as avaliações do SAEB para elaborar o SARESP. 2. Houve uma adequação das habilidades avaliadas no SARESP às do SAEB, para a quarta e a oitava séries do Ensino Fundamental e a terceira série do Ensino Médio.

(B) 1. Premiação dos alunos das escolas públicas de São Paulo que tiverem rendimento superior no SAEB. 2. A Escala de Proficiência do SARESP, que tinha a mesma métrica do SAEB desde 1996, foi modificada.

(C) 1. Houve uma adequação das habilidades avaliadas no SARESP às do SAEB, para a quarta e a oitava séries do Ensino Fundamental e a terceira série do Ensino Médio. 2. A Escala de Proficiência do SARESP, a partir de 2007, está na mesma métrica utilizada pelo SAEB.

(D) 1. As provas do SARESP começaram a ser realizadas no mesmo mês que as do SAEB. 2. Premiação dos alunos das escolas públicas de São Paulo que tiverem rendimento superior no SAEB.

(E) 1. Foram contratados professores que já tinham elaborado as avaliações do SAEB para elaborar o SARESP. 2. A Escala de Proficiência do SARESP, que tinha a mesma

métrica do SAEB desde 1996, foi modificada.

20 – De acordo com o art. 68 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA - Lei nº 8.069/90, entende-se por trabalho educativo, a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando:

- (A) correspondem às atividades de aprendiz.
- (B) são executadas através da oferta de bolsa-aprendizagem.
- (C) são traduzidas em habilidades e competências.
- (D) prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- (E) não implicam qualquer remuneração ao adolescente.

21 – A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios estudantis serão estabelecidos:

- (A) Nos seus Estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino, convocada para este fim.
- (B) Na LDB 9394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação em item próprio que trata deste item.
- (C) No ECA – Estatuto da criança e do adolescente - Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, em item que trata desta questão.
- (D) Em assembleia do corpo docente de cada estabelecimento de ensino juntamente com a equipe gestora.
- (E) Na APM - Decreto nº 50.756 de 3 de maio de 2006 – em assembleia formada por pais e alunos dos estabelecimentos de ensino

22 – Criados para ajudar a comunidade escolar na avaliação e na melhoria da qualidade da escola, os Indicadores de qualidade apontam como boa escola aquela em que:

- (A) Os alunos aprendem coisas essenciais para sua vida, como ler e escrever, resolver problemas matemáticos, conviver com os colegas, respeitar regras, trabalhar em grupo.
- (B) Os alunos têm notas altas, acima de 7,0.
- (C) As regras e o currículo escolar são os de antigamente, quando a escola era considerada forte.
- (D) Os professores são exigentes e ensinam conteúdos considerados difíceis.
- (E) Os alunos manipulam materiais variados em todas as áreas de conhecimento.

23 – Cada uma das dimensões (ambiente educativo - prática pedagógica-avaliação - gestão escolar democrática- formação e condições de trabalho dos profissionais da escola - espaço físico escolar- acesso, permanência e sucesso na escola) é constituída por um grupo de indicadores que servem para qualificar a escola. Os indicadores, por sua vez, são avaliados por perguntas a serem respondidas coletivamente. Neste processo de análise e resposta dos indicadores é necessário:

- A) Que o diretor conduza e oriente o olhar dos participantes para que apontem aspectos positivos da escola.
- B) Que o diretor evite que alguém ou algum grupo imponha uma visão sobre o assunto tratado, ouvindo e respeitando o que o outro tem a dizer e aproveitando o momento para o diálogo.
- C) Que o diretor selecione para análise dos indicadores somente os pais e alunos mais comprometidos com a escola.
- D) Que o diretor imponha aos grupos participantes uma linha de discussão única, de forma a eliminar conflitos.
- E) Que o diretor cuide para que cada grupo seja composto por representantes de um único segmento da comunidade escolar.

24 – Nos moldes do Decreto Estadual n.º 57.571/11, o Programa Educação-Compromisso de São Paulo terá um Conselho Consultivo, que, entre outros, será composto por representantes da sociedade civil em número de até:

- (A) 5 representantes, indicados pelo Secretário Estadual da Educação.
- (B) 10 representantes, indicados pelo Secretário Estadual da Educação.
- (C) 10 representantes, indicados pelo Governador.
- (D) 3 representantes, indicados pelo Governador.
- (E) 10 representantes, sendo 5 indicados pelo Governador e 5 indicados pelo Secretário Estadual da Educação.

25 – O Programa “Educação – Compromisso de São Paulo” será desenvolvido com base nas seguintes diretrizes, EXCETO:

- (A) Valorização da carreira do magistério e das demais carreiras dos demais profissionais da educação, com foco na aprendizagem do aluno, inclusive mediante o emprego de regimes especiais de trabalho, na forma da lei;
- (B) Melhoria da atratividade e da qualidade do ensino médio, por meio da organização de cursos ou valendo-se de instituições de ensino de referência, observada a legislação vigente;
- (C) Atendimento exclusivo às unidades escolares cujos alunos apresentem resultados acadêmicos insatisfatórios, demonstrados por meio do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - SARESP, visando garantir-lhes igualdade de condições de acesso e permanência na escola;

- (D) Emprego de tecnologias educacionais nos processos de ensino-aprendizagem;
- (E) Mobilização permanente dos profissionais da educação, alunos, famílias e sociedade em torno da meta comum de melhoria do processo de ensino-aprendizagem e valorização dos profissionais da educação escolar pública estadual.

26 – Sobre a avaliação somativa é incorreto o que se afirma em:

- (A) A avaliação somativa é usada, de modo geral, para avaliar ações já realizadas. É útil para cobrar o conteúdo ensinado, fiscalizar, hierarquizar, medir e comparar, com base em indicadores objetivos.
- (B) Um dos exemplos mais conhecidos da avaliação somativa é a prova objetiva, que permite dizer em que ponto está o domínio do conhecimento do aluno naquele momento.
- (C) O resultado de várias provas (soma ou média de pontos) serve para cobrar desempenho, hierarquizar (melhores versus piores), punir (reprovar) ou premiar (aprovar) e também para fazer prognósticos.
- (D) A avaliação somativa expressa o processo de aprendizagem global, isto é, o nível de compreensão do aluno e a sua formação.
- (E) A avaliação somativa em geral, oferece pouca ajuda para superar as insuficiências, por isso não pode ser o único instrumento para avaliar o desempenho dos alunos.

27 – A avaliação formativa da aprendizagem deve:

- (A) Objetivar a melhoria da proposta pedagógica da escola como um todo.
- (B) Ser usada para estabelecer hierarquias, classificações ou rankings entre instituições.
- (C) Ser usada para acompanhar o processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos, com o objetivo de corrigir e melhorar os processos de ensino e de aprendizagem, evitando o fracasso antes que este ocorra.
- (D) Garantir a eficiência e a eficácia do sistema de ensino, obtendo, como resultado final, a excelência do processo de ensino e aprendizagem.
- (E) Gerar, ao final do ano letivo, informações úteis sobre etapas vencidas e dificuldades encontradas.

28 – Todas as afirmativas abaixo sobre avaliação institucional são corretas, EXCETO:

- (A) A avaliação institucional de uma escola ou do sistema educacional é uma atividade intrínseca a cada instituição e ao sistema educacional como um todo.
- (B) A avaliação institucional interfere e produz efeitos sobre o funcionamento da

escola, no presente e no futuro.

- (C) A avaliação institucional busca alcançar os objetivos de autoconhecimento da instituição e de formulação de subsídios ou elementos para a tomada de decisões.
- (D) A avaliação institucional visa, imediatamente, à punição e à premiação dos envolvidos no processo educacional, pois as boas práticas precisam ser estimuladas e as práticas indesejáveis precisam ser inibidas.
- (E) A avaliação institucional deve ser considerada uma efetiva oportunidade para recuperação ou revigoração de professores, servidores técnicos e administrativos, de alunos, da escola e do sistema educacional.

29 – Em 2004 - a Ação Educativa - com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Ministério da Educação, publicou os Indicadores da Qualidade na Educação (Indique), um instrumento de auto avaliação de escola que conta com o envolvimento de toda a comunidade escolar em processos de melhoria da qualidade da educação. O Indique propõe uma metodologia de avaliação com base em indicadores agrupados em um conjunto de dimensões listadas abaixo, EXCETO:

- (A) Ambiente educativo e ambiente físico-escolar
- (B) Prática pedagógica e avaliação
- (C) Ensino e aprendizagem de ciências da natureza e história do Brasil
- (D) Gestão escolar democrática e formação e condições de trabalho dos profissionais da escola
- (E) Acesso e permanência dos alunos na escola.

30 – Ao afirmar que a sociedade do século XXI é cada vez mais caracterizada pelo uso intensivo do conhecimento, seja para trabalhar, conviver ou exercer a cidadania; seja para cuidar do ambiente em que se vive e reconhecer as pressões que a contemporaneidade exerce sobre os jovens cidadãos, a Secretaria de Estado da Educação propõe princípios orientadores para a prática educativa no sentido de que os alunos sejam preparados para esse novo tempo (Proposta Curricular do Estado de São Paulo, Documento de apresentação). Essa proposta:

- (A) Prioriza a escola como espaço de aquisição de conhecimento, com a oferta máxima de informações, de modo a permitir ao aluno selecionar o que é de seu interesse.
- (B) Define a escola como espaço de cultura e de articulação de competências e conteúdos disciplinares, priorizando a competência de leitura e escrita.
- (C) Propõe uma prática docente voltada à articulação das questões de interesse imediato do aluno, aos conteúdos curriculares pré-definidos, como meio de manter o aluno na escola.
- (D) Explicita um currículo para o Estado de São Paulo, porque as Diretrizes

Curriculares Nacionais não atendem às necessidades das escolas públicas estaduais.

(E) Implanta um modelo de currículo transdisciplinar, por meio de documentos orientadores da ação docente nessa perspectiva, privilegiando os projetos didáticos.

31 – O regime de Progressão Continuada instituído no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, no ensino fundamental, possibilita ao aluno uma aprendizagem de forma contínua, sem interrupção causada pela reprovação anual, além de permitir um maior tempo de permanência do aluno na escola. Sendo assim, o Regime de Progressão Continuada:

- I. pode ser organizado em um ou mais ciclos;
- II. deve ser um sistema de ensino que permita a retenção quando necessário;
- III. pode ser organizado em apenas dois ciclos, considerando a possibilidade de aprovação e retenção;
- IV. deve garantir a avaliação do processo ensino aprendizagem o qual deve ser objeto de recuperação contínua e paralela, a partir de resultados periódicos parciais e, se necessário, no final de cada período letivo.
- V. deve garantir a avaliação do processo ensino aprendizagem, inclusive do trabalho do professor.

Está correta a alternativa:

- (A) I, II e III
- (B) I, III e IV
- (C) I e IV
- (D) III, IV e V
- (E) III e V

32 – Com a finalidade de garantir a frequência mínima de 75%, por parte de todos os alunos a escola de ensino fundamental deve, além daquelas a serem tomadas no âmbito do próprio estabelecimento de ensino, tomar as seguintes providências:

- I. tomar as providências cabíveis no âmbito da escola junto aos alunos faltosos e respectivos professores;
- II. alertar e manter os pais informados quanto às suas responsabilidades no tocante a educação dos filhos, inclusive no que se refere à frequência dos mesmos;

- III. encaminhar a relação dos alunos que excedem o limite de 25% de faltas às respectivas Diretorias de Ensino para que estas solicitem a devida colaboração do Ministério Público, dos Conselhos Tutelares e do CONDECA;
- IV. encaminhar a relação dos alunos faltosos ao Conselho Tutelar, para que este tome as devidas providências junto aos pais ou responsáveis dos alunos faltosos;
- V. solicitar o comparecimento dos pais à escola para os informar sobre a frequência dos alunos.

Está correta a alternativa:

- (A) I, II, e III
- (B) I, IV e V
- (C) II, III e V
- (D) I, III e IV
- (E) III, IV e V

33 – O integrante do quadro do magistério tem o dever constante de considerar a relevância social de suas atribuições mantendo conduta moral e funcional adequada à dignidade profissional, em razão da qual, além das obrigações presentes em outras normas deverá, entre outros:

- I. conhecer e respeitar as leis;
- II - preservar os princípios, os ideais e fins da Educação Brasileira, através de seu desempenho profissional;
- III - empenhar-se em prol do desenvolvimento do aluno, utilizando processos que acompanhem o progresso científico da educação
- IV - participar das atividades educacionais que lhe forem atribuídas por força de suas funções;
- V - comparecer ao local de trabalho com assiduidade e pontualidade, executando suas tarefas com eficiência, zelo e presteza.

Está correta a alternativa:

- (A) I, IV e V
- (B) II, III e IV
- (C) I, II, III
- (D) II, IV e V
- (E) Todas as alternativas estão corretas.

34 – O Conselho de Escola, cuja forma de organização e de ação está determinada na Lei Complementar no 444/85 (Estatuto do Magistério), inclusive as suas atribuições, é um órgão que possui funções específicas e deve atuar junto à gestão escolar. Possui um determinado número de membros e tem natureza:

- (A) deliberativa, com 25 membros no mínimo e 40 no máximo.
- (B) deliberativa, com 20 membros no mínimo e 40 no máximo
- (C) normativa, com 25 membros no mínimo e 50 no máximo.
- (D) consultiva, com 50% da comunidade escolar interna e 50% da comunidade externa.
- (E) consultiva e normativa com força política e administrativa para implementar política pedagógica própria na escola com base no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar.

35 – O Conselho de Escola deverá ser constituído anualmente durante o primeiro mês letivo. Nesse processo de organização do Conselho de Escola, como princípio da gestão democrática, os componentes serão escolhidos:

- (A) Entre os seus pares, mediante processo eletivo.
- (B) Na comunidade escolar, mediante processo eletivo
- (C) Entre os professores e os alunos.
- (D) Entre os professores, alunos e comunidade, mediante o processo eletivo.
- (E) Entre toda comunidade escolar.

36 – Para que a gestão da escola se consolide como gestão democrática é obrigatória a instituição do Conselho de Escola junto à gestão escolar, cuja composição obedecerá a seguinte proporcionalidade:

I - 40% de docentes;

II - 5% de especialistas de educação excetuando-se o Diretor de Escola e 5% dos demais funcionários

III - 25 % de pais de alunos e 25% de alunos;

IV – 50% de docentes, 50% de pais e alunos;

V – 20% de pais, 10% de alunos, 40% de docentes, 30% de funcionário.

Está correta a alternativa:

- (A) I, II e III
- (B) I, II e IV

(C) II, III e V

(D) III, IV e V

(E) II, IV e V

37 – O funcionário público, segundo a Lei 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis, poderá ser licenciado para tratamento de saúde. No caso da licença ser concedida, o licenciado:

(A) Será obrigado a cumprir integralmente o afastamento concedido pelo órgão da saúde.

(B) Poderá desistir da licença desde que, em inspeção médica, fique comprovada a cessação dos motivos determinantes da licença.

(C) Finda a licença não poderá pedir prorrogação, deve assumir as funções imediatamente.

(D) Poderá ser convocado(a) a comparecer na unidade de trabalho para assunto de seu interesse.

(E) Não poderá receber gratificações no período em que estiver de licença.

38 – A Lei 10.261/68 – Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, assegurada a estabilidade somente ao funcionário que nomeado por concurso público contar com:

(A) Dois anos de efetivo exercício.

(B) Três anos de efetivo exercício.

(C) Mais de dois anos de efetivo exercício

(D) Mais de três anos de efetivo exercício.

(E) Três anos e meio de efetivo exercício.

39 – Assinale a alternativa F (falsa) nos itens a que se referem às Metas estabelecidas na LEI Nº 16.279, de 08 de Julho de 2016, que aprova o Plano Estadual de Educação de São Paulo e dá outras providências:

(A) Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até 2023.

(B) Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 2º (segundo) ano do ensino fundamental.

(C) Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 97,5% (noventa e sete inteiros e cinco décimos por cento) até o 5º (quinto) ano de

vigência do PEE e, até o final da vigência, superar o analfabetismo absoluto e reduzir em pelo menos 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no Estado.

(D) Garantir educação integral em todos os níveis e modalidades de ensino e assegurar educação em tempo integral em, no mínimo, 10% (dez por cento) das escolas públicas, de forma a atender a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos na educação básica.

(E) Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da aprovação do PEE, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

40 – Ao abordar as diretrizes estabelecidas no Plano Estadual de Educação de São Paulo, estabelecidas pela LEI Nº 16.279, de 08 de Julho de 2016, em seu artigo 2º, assinale qual diretriz NÃO faz parte do referido documento:

(A) Erradicação do analfabetismo;

(B) Universalização do atendimento escolar;

(C) Melhoria da qualidade da educação;

(D) Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores religiosos e éticos em que se fundamenta a sociedade;

(E) Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

41 – De acordo com Plano Estadual de Educação de São Paulo, em seu artigo 6º, no que concerne às medidas necessárias para consecução das metas previstas no PEE, assinale a resposta correta.

(A) O Estado de São Paulo atuará em regime de divisão de tarefas com a União e os Municípios, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias estabelecidas no PEE.

(B) O Estado de São Paulo atuará em regime de parceria com os Municípios, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias estabelecidas no PEE.

(C) O Estado de São Paulo atuará em regime de parceria com a União, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias estabelecidas no PEE.

(D) O Estado de São Paulo atuará em regime de colaboração com a União e os Municípios, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias estabelecidas no PEE.

(E) O Estado de São Paulo não atuará em regime de colaboração com a União e os Municípios, visando ao alcance das metas e à implementação das estratégias estabelecidas no PEE.

42 – De acordo com a Deliberação CEE nº 10/97 – que fixa normas para elaboração do Regimento dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, os tópicos mínimos que deve conter um Regimento Escolar são:

(A) I. Identificação do estabelecimento. II. Caracterização do espaço físico da escola. III. Caracterização do corpo de funcionários. IV. Conteúdos a serem desenvolvidos. V. Referências bibliográficas.

(B) I. Identificação do estabelecimento. II. Fins e objetivos do estabelecimento. III. Organização Administrativa e Técnica. IV. Organização da Vida Escolar. V. Direitos e Deveres dos Participantes do Processo Educativo.

(C) I. Identificação do estabelecimento. II. Organização das disciplinas. III. Caracterização do corpo docente. IV. Carga horária e grade de disciplinas. V. Avaliação.

(D) I. Identificação do estabelecimento. II. Princípios e fundamentação teórica. III. Caracterização do corpo docente. IV. Descrição dos espaços da organização. V. Referências bibliográficas.

(E) I. Identificação do estabelecimento. II. Expectativas de aprendizagem e habilidades e competências a serem desenvolvidas. III. Metodologia de ensino. IV. Disciplinas e grade horária por ano/série. V. Fundamentação teórica.

43 – De acordo com PARECER CEE no 67/1998, que traz Normas Regimentais Básicas para as Escolas Estaduais em seu artigo 3º, referentes aos Objetivos da Educação Escolar, é possível afirmar que:

(A) A educação escolar, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

(B) As escolas deverão estar organizadas para atender às necessidades sócio-educacionais e de aprendizagem dos alunos em prédios e salas com mobiliário, equipamentos e material didático-pedagógico adequados às diferentes faixas etárias, níveis de ensino e cursos ministrados.

(C) As instituições escolares terão a função de aprimorar o processo de construção da autonomia da escola e as relações de convivência intra e extra-escolar.

(D) As normas de gestão e convivência visam orientar as relações profissionais e interpessoais que ocorrem no âmbito da escola e se fundamentarão em princípios de solidariedade, ética, pluralidade cultural, autonomia e gestão democrática.

(E) A participação da comunidade escolar, através do conselho de escola, nos processos de escolha ou indicação de profissionais para o exercício de funções, respeitada a legislação vigente;

44 – A gestão democrática tem por finalidade possibilitar à escola maior grau de autonomia, de forma a garantir o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, assegurando padrão adequado de qualidade do ensino ministrado. Dentre os Princípios estabelecidos no Artigo 9º do PARECER CEE no 67/1998, que se refere a ações de Gestão Democrática a serem executadas nas escolas, assinale a opção que NÃO está correta:

(A) Participação dos profissionais da escola na elaboração da proposta pedagógica;

(B) Participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar - direção, professores, pais, alunos e funcionários - nos processos consultivos e decisórios, através do conselho de escola e associação de pais e mestres;

- (C) Autonomia na gestão pedagógica, administrativa e financeira, respeitadas as diretrizes e normas vigentes;
- (D) Transparência nos procedimentos pedagógicos, administrativos e financeiros, garantindo-se a responsabilidade e o zelo comum na manutenção e otimização do uso, aplicação e distribuição adequada dos recursos públicos;
- (E) Valorização da avaliação enquanto espaço prioritário do processo educacional.

45 – A avaliação interna do processo de ensino e de aprendizagem, responsabilidade da escola, será realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo como um de seus objetivos o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular prevista e desenvolvida em cada nível e etapa da escolaridade, e tem por objetivos:

- (A) diagnosticar e registrar os progressos do aluno e suas dificuldades, possibilitar que os alunos auto-avaliem sua aprendizagem e orientar o aluno quanto aos esforços necessários para superar as dificuldades e orientar as atividades de planejamento e replanejamento dos conteúdos curriculares.
- (B) que seja classificatória, de modo a indicar o grau de aprendizagem do aluno em relação a seus pares, possibilitando ao docente uma seleção segura dos estudantes que serão promovidos e daqueles que ficarão para recuperação.
- (C) concepção pedagógica que exija democraticamente de todos os alunos o domínio dos conteúdos tradicionais, levando-os a se apropriarem do saber erudito, a fim de que sejam bem sucedidos em suas avaliações e no percurso de sua escolarização.
- (D) avaliação somatória para premiar, em especial, os alunos bem sucedidos na escola, estimulando-os a sempre alcançarem notas acima do limite de aprovação, pois dessa forma se preparam para os processos competitivos da sociedade democrática.
- (E) prática docente que permita ao professor verificar o grau de eficiência do seu trabalho pedagógico e como é importante ser flexível na avaliação da aprendizagem dos alunos com dificuldades, pois eles são diferentes e demandam um ensino menos exigente.

46 – De acordo com a LEI COMPLEMENTAR Nº 1.256, DE 06 DE JANEIRO DE 2015, que dispõe sobre Estágio Probatório e institui Avaliação Periódica de Desempenho Individual para os ocupantes do cargo de Diretor de Escola e Gratificação de Gestão Educacional para os integrantes das classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, visa a verificar a conformidade com as competências e habilidades necessárias ao desempenho no cargo de Diretor de Escola com foco em diversos aspectos, assinale abaixo aquele que não está descrito na referida lei:

- (A) Comprometimento com o trabalho e com a comunidade escolar;
- (B) Responsabilidade, assiduidade e disciplina;
- (C) Capacidade de iniciativa e liderança;
- (D) Eficiência na gestão educacional;
- (E) Competitividade;

47 – O Diretor de Escola que obtiver resultado insatisfatório no “Resultado do Ciclo Avaliativo” da Avaliação Periódica de Desempenho Individual - APDI:

- (A) Será penalizado via Diário Oficial;
- (B) Será notificado por sua chefia imediata;
- (C) Integrará obrigatoriamente o Programa de Desenvolvimento Profissional a ser promovido pela Secretaria da Educação, sem prejuízo do exercício de suas atribuições.
- (D) Será exonerado a bem do serviço público;
- (E) Será transferido e deverá ocupar outra função dentro da SEE.

48 – Caracteriza-se Estágio Probatório aos servidores ocupantes do cargo de Diretor de Escola e para os integrantes das classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, o seguinte período abaixo discriminado:

- (A) Durante os 02 (dois) primeiros anos de efetivo exercício, ou até que seja avaliado pelo Supervisor Escolar, que se caracteriza como chefia imediata;
- (B) Durante os 03 (três) primeiros anos de efetivo exercício, período caracterizado como estágio probatório, que equivale a 1.095 (um mil e noventa e cinco) dias de exercício efetivamente prestado;
- (C) Durante os primeiros 05 (cinco) anos de efetivo exercício prestado;
- (D) Durante toda sua carreira, pois será submetido à Avaliação Especial de Desempenho e a Curso Específico de Formação, instituído pela Lei Complementar nº 1.207, de 05 de julho de 2013.
- (E) Não há uma especificação estabelecida em Lei acerca do período específico para cumprimento de período de Estágio Probatório.

49 – Assinale abaixo a ALTERNATIVA CORRETA que especifica os requisitos mínimos para o provimento dos cargos de Supervisor de Ensino das classes de suporte pedagógico do Quadro do Magistério estabelecidos no Anexo III, a que se refere o artigo 14º da Lei Complementar nº 1256, de 06 de janeiro de 2015:

- (A) Licenciatura plena em Pedagogia ou Pós-graduação na área de Educação e experiência profissional de, no mínimo, 05 (cinco) anos de efetivo exercício de magistério, dos quais 03 (três) em gestão educacional;
- (B) Licenciatura plena em Pedagogia ou Pós-graduação na área de Educação e experiência profissional de, no mínimo, 08 (oito) anos de efetivo exercício de magistério, dos quais 05 (cinco) em gestão educacional;
- (C) Licenciatura plena em Pedagogia ou Pós-graduação na área de Educação e experiência profissional de, no mínimo, 08 (oito) anos de efetivo exercício de magistério, dos quais 03 (três) em gestão educacional;
- (D) Licenciatura plena em Psicologia ou Pós-graduação na área de Educação e experiência profissional de, no mínimo, 03 (três) anos de efetivo exercício de magistério, dos quais 03 (três) em gestão educacional;

(E) Licenciatura plena em cursos da área de humanas e experiência profissional de, no mínimo, 08 (oito) anos de efetivo exercício de magistério, dos quais 05 (cinco) em gestão educacional;

50 – Nos aspectos referentes aos processos de verificação de rendimento escolar, nos termos da Indicação CEE n.º 10/97, e com propriedade do relevante papel da avaliação na verificação do rendimento escolar e da necessária revisão de seu conceito. Um novo olhar para a avaliação, em especial a da sala de aula, revela uma concepção de avaliação contínua e cumulativa considerada como eixo de sustentação para a:

- (A) Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.
- (B) Qualidade dos serviços educativos.
- (C) Eficácia da progressão continuada.
- (D) Clareza de metas da SEE.
- (E) Transparência dos resultados alcançados nas provas finais.

51 – O Conselho Estadual de Educação de São Paulo, no uso de suas atribuições, instituiu, nesse estado, por meio da deliberação no 10/97, o regime de Progressão Continuada, entendido como:

- (A) necessidade de avaliação das competências, com fundamento nos conteúdos mínimos e obrigatórios, dispostos nas diretrizes nacionais.
- (B) aprovação automática de todas as crianças, independentemente das conquistas realizadas, ao final de cada ciclo do Ensino Fundamental.
- (C) controle da matrícula referenciada nos resultados da aprendizagem por série e disciplina, de modo a evitar que alunos reprovados mudem de escola.
- (D) manutenção dos requisitos previstos para a modalidade Aceleração, conforme a idade do aluno e sua série de destino, resguardada sua vontade.
- (E) garantia de avaliação da aprendizagem, que deve ser objeto de recuperação contínua e paralela, a partir dos resultados parciais ou finais.

52 – Uma das indicações da SEE-SP é que a avaliação interna das aprendizagens dos alunos assuma um caráter formativo. Isso significa que a avaliação deve:

- (A) ser um instrumento de controle das aprendizagens dos alunos para fins de promoção ou recuperação.
- (B) informar o professor e o gestor escolar sobre os resultados obtidos pelos alunos ao longo de todo o ano letivo.
- (C) ser um instrumento propiciador de aprendizagem e destinado a reorientar o planejamento das práticas de ensino.
- (D) classificar e aprovar os alunos de modo a adequar as possíveis distorções entre o que se espera e o que o aluno sabe em determinado ano/ciclo.
- (E) auxiliar na avaliação da escola em relação a sua qualidade de ensino.

53 – De acordo com o exposto na DELIBERAÇÃO CEE Nº 10/97, que Fixa normas para elaboração do Regimento dos Estabelecimentos de Ensino Fundamental e Médio, no aspecto que tange aos CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO das experiências pedagógicas que levam a aprendizagens educacionalmente desejáveis, estas não podem acontecer aleatoriamente, é necessário organizá-las para máxima eficácia, e há dois critérios principais a observar:

- (A) Sequência e avaliação
- (B) Disciplina e organização
- (C) Flexibilidade e seriação
- (D) Sequência e Integração
- (E) Integração e competência

54 – A Lei Federal nº 9.394/96, LDB, estabelece que a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Estabelece também a organização da educação brasileira em níveis, etapas e modalidades de ensino.

- I. Educação Básica.
- II. Educação Profissional.
- III. Educação Infantil.
- IV. Educação Especial
- V. Ensino Fundamental.
- VI. Educação de Jovens e Adultos.
- VII. Ensino Médio.
- VIII. Educação Superior.

Indique a alternativa que estabelece os níveis da educação brasileira e as etapas da educação básica, respectivamente:

- (A) I; II; III; IV, V; VI
- (B) I; VIII; III; V; VII
- (C) I; II; III; IV, V; VI; VII;
- (D) II; III; IV, V; VI; VII; VIII
- (E) III; V; VI; VII; VIII

55 – Título VII da LDBEN (Lei nº 9.394/96) trata dos recursos financeiros. Em seu artigo 69, essa lei estabelece que, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, a União aplicará, anualmente, nunca menos de , e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no mínimo, , ou o que consta nas respectivas constituições ou leis orgânicas, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino público.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) 12% ... 20%
- (B) 15% ... 18%
- (C) 18% ... 20%

(D) 18% ... 25%

(E) 20% ... 25%

56 – A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) deslocou o foco do ensino para a aprendizagem. Ou seja, o trabalho desenvolvido pela escola passou a ser pautado a partir do que os alunos devem aprender e não mais nos métodos de ensino. O fator que motivou essa nova opção conceitual e metodológica foi:

(A) o baixo grau de formação dos professores em exercício.

(B) a dificuldade de coordenar e avaliar os processos de ensino.

(C) a maior facilidade em trabalhar com o desenvolvimento de aprendizagens do que com os processos de ensino.

(D) a heterogeneidade do grupo de professores que atua no País.

(E) o direito do aluno de aprender e a necessidade de incorporar no currículo a heterogeneidade presente na sociedade brasileira.

57 – A relação entre o Ministério da Educação, a Secretaria de Estado da Educação e as Secretarias Municipais de Educação, de acordo com a LDB (Lei nº 9.394/96), é de:

(A) hierarquia, tendo em vista que o Ministério disponibiliza os recursos para as secretarias.

(B) independência, já que não necessariamente há concordância político-partidária nos projetos.

(C) assistência do Ministério em relação às secretarias estaduais e destas em relação às municipais.

(D) colaboração, inclusive na direção da organização dos respectivos sistemas de ensino.

(E) construção, pois, após a democratização, tem havido movimentos de articulação dos sistemas de ensino.

58 – Em relação aos princípios da Educação Nacional, preconizados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), podemos afirmar que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, exceto:

(A) igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

(B) distinção entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

(C) valorização da experiência extraescolar.

(D) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

(E) gestão democrática do ensino público.

59 – Para atender ao artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que incumbe a instituição de elaborar e executar sua proposta pedagógica, o gestor, tomando como norte os princípios da gestão

democrática, tem o papel de:

- (A) coordenar os diferentes atores da equipe escolar, buscando superar conflitos e garantir a convergência dos interesses dos vários segmentos.
- (B) ouvir as equipes técnica e docente da escola e redigir um documento que contemple a pluralidade de posições nela existentes.
- (C) selecionar adequadamente um profissional externo à instituição que possa de forma mais isenta elaborar e implementar uma proposta pedagógica.
- (D) informar-se com o órgão central sobre os encaminhamentos e regimentos comuns à rede em que a escola está inserida.
- (E) realizar uma eleição na qual a maioria escolha representantes que se responsabilizem pela elaboração da proposta a ser implementada por todos.

60 – Ana Cecília vai prestar concurso para Diretor de Escola do Estado de São Paulo. Ela examinou a Resolução CNE/CEB 4/2010, observando o conceito de currículo que consta no parágrafo 2º do artigo 13. Verificou, acertadamente, que o currículo é constituído pelas experiências escolares que se desdobram em torno do conhecimento, permeadas pelas relações sociais, articulando vivências e saberes dos estudantes com os conhecimentos historicamente acumulados e contribuindo para:

- (A) formar cidadãos engajados nas atividades políticas.
- (B) preparar jovens no domínio das tecnologias e das matemáticas.
- (C) construir as identidades dos educandos.
- (D) ajustar os educandos às exigências do mercado de trabalho.
- (E) adaptar os concluintes da educação básica à globalização.

61 – A almejada qualidade social da educação escolar pública, de acordo com a Resolução CNE/CEB nº 4/2010, resulta da garantia de pleno acesso, inclusão, permanência dos sujeitos das aprendizagens na escola e seu sucesso. Diante disso, é correto afirmar, com base em seu artigo 8º, que essa qualidade é:

- (A) resultado das políticas sociais implementadas a partir do ano 2000.
- (B) mérito de uma gestão/administração escolar comprometida com a igualdade.
- (C) decorrência do avanço do capitalismo que exige mão de obra qualificada.
- (D) uma conquista de todos os sujeitos do processo educativo.
- (E) uma utopia surgida nos anos 80 e, ainda, sem frutos concretos.

62 – A Resolução CNE/CEB nº 4/2010 destaca que o educando, pessoa em formação em sua essência humana, é a centralidade da Educação Básica e o atendimento educacional de zero a dezessete anos deve considerar:

- (A) a presença, no currículo, de educação moral e religiosa.
- (B) a corresponsabilidade pelo ensino, entre escola e família.
- (C) a inseparabilidade das dimensões do cuidar e do educar.

- (D) a colaboração financeira, à escola pública, pelas famílias abastadas.
- (E) a vinculação dos conteúdos curriculares com o preparo profissional.

63 – Leia os itens:

- I. Avaliação da aprendizagem.
- II. Avaliação institucional interna e externa.
- III. Avaliação de desempenho docente.
- IV. Avaliação de redes de Educação Básica.

São dimensões que compõem a avaliação no ambiente educacional previstas na Resolução CNE/CEB n.º 04/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

- (A) I e IV, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

64 – A determinação na Constituição Federal de 1988 de que a educação é um direito do cidadão e dever do Estado, da sociedade e da família, amplia a definição de educação e também do campo de aplicabilidade do princípio do direito. Nesse sentido a Constituição Federal estabelece no parágrafo 1º do artigo 208 que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”. Sobre o direito subjetivo em relação à educação, é correto afirmar que:

- (A) a educação deve ser gratuita e obrigatória para toda criança em idade escolar em qualquer escola.
- (B) o direito à educação é inerente ao cidadão, isto é, ele tem asseguradas a defesa, a proteção e a efetivação imediata desse direito quando negado.
- (C) o cidadão deve ter a sua disposição, sempre que necessitar, um advogado indicado pelo Poder Público para defendê-lo.
- (D) o provedor de um direito social ao cidadão é o próprio cidadão por meio de suas solicitações ao Estado.
- (E) os educandos, portadores de deficiência, devem ser atendidos em escolas específicas, especialmente organizadas para tal.

65 – O artigo 206 da Constituição Federal dispõe que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

V - Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso opcional por concurso público de provas, aos das redes públicas.

VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei.

VII - Garantia de padrão de qualidade.

VIII - Piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

Não é um princípio, de acordo com a Constituição Federal, que se diz em:

- (A) III
- (B) IV
- (C) V
- (D) VI
- (E) VII

66 – Assinale a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal:

(A) durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos, será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

(B) a investidura em cargo público depende exclusivamente de aprovação prévia em concurso público de provas de acordo com a natureza e a complexidade do cargo, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

(C) o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, pelo dobro do tempo.

(D) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores contratados, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei e destinam-se apenas às atribuições de chefia.

(E) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e não há direito de greve previsto em lei para os servidores públicos.

67 – A Constituição Federal determina que a Educação Básica no Brasil é obrigatória e gratuita:

(A) dos 4 aos 14 anos de idade.

(B) dos 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

(C) dos zero aos 17 anos de idade.

(D) dos 3 meses aos 17 anos de idade.

(E) dos 6 anos aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

68 – A adesão ao compromisso Todos pela Educação implica a assunção da responsabilidade de promover a melhoria da qualidade da Educação Básica, expressa pelo cumprimento de meta de evolução do IDEB. A referida adesão é:

(A) voluntária.

(B) depende de cada escola.

(C) depende da parceria estabelecida entre os governos municipais e estaduais.

(D) obrigatória.

(E) determinada pela Assembleia Legislativa, em se tratando do sistema estadual de ensino e pela Câmara Municipal quando se tratar do sistema municipal de ensino.

69 – A União oferecerá apoio mediante a elaboração de um Plano de Ações Articuladas – PAR. O apoio do Ministério da Educação será orientado a partir dos eixos de ação que estão expressos no Plano Plurianual da União e prevê:

(A) gestão educacional.

(B) formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar.

(C) recursos pedagógicos.

(D) infraestrutura física.

(E) todas as alternativas anteriores.

70 – O Programa de Qualidade da Escola (PQE) tem por objetivo..... a melhoria da e a equidade do sistema de....., com ênfase no que os da rede pública estadual paulista têm: o direito de..... com qualidade.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, o texto divulgado na Nota Técnica do Programa de Qualidade na Escola.

(A) ressaltar ... escolaridade ... promoção ... valor ... só ... matriculados ... estudar

(B) destacar ... educação ... promoção ... sucesso ... somente ... alunos ... estudar

(C) estimular ... escolarização ... ensino ... tempo ... todos ... matriculados ... formação

(D) estabelecer ... educação ... aprendizagem ... sucesso ... só ... estudantes formação

(E) promover ... qualidade ... ensino ... direito ... todos ... alunos ... aprender

71 – O IDESP é um indicador que avalia a qualidade da escola. Nesta avaliação, considera-se que uma boa escola é aquela em que:

(A) a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série, num período de tempo ideal - o ano letivo.

- (B) alguns alunos apreendem as competências e habilidades requeridas para a sua série, num período de tempo flexibilizado de acordo com a necessidade dos alunos.
- (C) a maior parte alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série, num período ideal – semestre letivo.
- (D) a maior parte alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série, num período ideal – etapa da educação básica.
- (E) uma pequena parcela de alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série, num período de tempo ideal - o ano letivo.

72 – O IDESP é composto pelos critérios:

- (A) desempenho dos alunos nos exames de proficiência do SAEB e desempenho na Prova Brasil.
- (B) desempenho dos alunos nos exames de proficiência do SARESP e fluxo escolar.
- (C) desempenho dos alunos nos exames de proficiência do SARESP e flexibilização de tempo para aprendizagem.
- (D) taxa média de aprovação e fluxo escolar.
- (E) taxa média de aprovação e proficiência no SARESP.

73 – A educação em direitos humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as dimensões:

- I. Apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local.
- II. Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade.
- III. Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político.
- IV. Desenvolvimento de metodologias que utilizem linguagens e materiais didáticos contextualizados.
- V. Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Estão corretas as seguintes afirmações:

- (A) I, II, V
- (B) I, II, III, IV
- (C) I, II, III, IV, V
- (D) III, IV, V
- (E) I, II, III, V

74 – Sendo a educação um meio privilegiado na promoção dos direitos humanos, cabe priorizar a formação de agentes públicos e sociais para atuar

nos sistemas de educação, saúde, comunicação e informação, justiça, segurança e mídia, entre outros.

Desse modo, a educação é compreendida como um direito em si mesmo e um meio indispensável para o acesso a outros direitos.

Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania para:

- (A) a instrução.
- (B) o desenvolvimento de valores.
- (C) o desenvolvimento regras sociais.
- (D) a defesa socioambiental.
- (E) todas as alternativas estão corretas.

75 – São princípios norteadores da educação em direitos humanos, na educação básica:

- I. Desenvolver uma cultura de direitos humanos em todos os espaços sociais.
- II. Assegurar que os objetivos e as práticas a serem adotados sejam coerentes com os valores e princípios da educação em direitos humanos.
- III. A educação em direitos humanos, deve ocorrer em espaços marcados pelo entendimento mútuo, respeito e responsabilidade.
- IV. Estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade e a qualidade da educação.
- V. Ser um dos eixos fundamentais da educação básica e permear o currículo, a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o PPP, os materiais didático-pedagógicos, o modelo de gestão e a avaliação.
- VI. Assegurar seu caráter transversal e a relação dialógica entre os diversos atores sociais.

As Afirmativas corretas são:

- (A) I; III e VI
- (B) I; II; V e VI
- (C) I; III; V e VI
- (D) I; II; III; IV e VI
- (E) I; II; III; IV; V e VI

76 – Considerando: o princípio da dignidade da pessoa humana, a constituição de uma sociedade justa e sem preconceitos, a igualdade, a liberdade e a autonomia individual, o direito da diversidade sexual, o direito que toda pessoa tem ao tratamento correspondente ao seu gênero e, considerando que transexuais e travestis possuem identidade de gênero distinta do sexo biológico, assinale falso ou verdadeiro para as afirmações a seguir.

- I. () Entende-se por nome civil aquele registrado na certidão de nascimento.
- II. () Entende-se por nome social aquele adotado pela pessoa e pelo qual é conhecida e identificada na comunidade.

- III. () Em se tratando de alunos menores de idade, não é necessária a manifestação expressa dos pais ou responsáveis autorizando a inclusão do nome social.
- IV. () O nome social deverá ser usual na forma de tratamento, e acompanhar o nome civil nos registros e documentos escolares internos.
- V. () A inclusão do nome social nos documentos escolares internos poderá ser requerida por escrito, a qualquer tempo.
- VI. () Nas declarações, no histórico escolar, no certificado de conclusão e no diploma constará somente o nome civil.
- VII. () O Diretor de Escola, ou servidor por ele indicado, deverá orientar os docentes e demais servidores em exercício na unidade escolar para a observância do tratamento de discentes travestis e transexuais, exclusivamente pelo nome social.

Está correta a sequencia da alternativa:

- (A) V; V; V; F; V; V e V
- (B) V; V; V; F; V; V e F
- (C) V; V; F; V; V; V e V
- (D) V; V; F; F; V; V e F
- (E) V; V; F; V; V; V e F

77 – Uma professora assumiu as aulas em uma escola estadual de São Paulo. No primeiro dia de exercício declarou ser transexual e querer ser tratada e identificada com o prenome Waleska, compatível com sua identidade de gênero, e não com João Antônio, constante em seu registro de nascimento.

O diretor da escola examinou o pedido e verificou que conforme o Decreto n.º 55.588/2010, a pessoa transexual:

- (A) pode usar o prenome com o qual é reconhecida na sua inserção social, ao atuar profissionalmente em qualquer órgão público, deve usar, para todos os fins, somente o prenome anotado no registro civil.
- (B) precisa alterar primeiramente seu prenome no cartório de registro civil e, só com a nova certidão obtida, poderá modificar seu prenome nas suas relações sociais na escola, nos registros escritos e nos atos e atividades escolares.
- (C) tem o direito de ser tratada informalmente, por meio do prenome compatível com sua identidade de gênero, pelos alunos, pais e demais profissionais da escola, estando impedida de ter qualquer registro com tal prenome.
- (D) tem direito assegurado à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos na escola e no âmbito da Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, sendo deferido o seu pedido.
- (E) deve solicitar ao Secretário de Estado da Educação, por escrito e por meio da escola, a alteração de prenome para aquele compatível com a identidade de gênero, tendo deferimento na escola só após o parecer favorável daquele Secretário.

78 – Justiça restaurativa é uma forma de gerenciamento de conflitos, através do qual um facilitador auxilia todas as partes direta e indiretamente envolvidas num

conflito, a realizarem um processo dialógico visando transformar uma relação de resistência e oposição em relação de cooperação. Nesse processo, através de técnicas de comunicação não violenta, os envolvidos decidem coletivamente como lidar com circunstâncias decorrentes do ato danoso e suas implicações para o futuro, com o objetivo de:

- I. Responsabilizar os envolvidos pelas suas atitudes.
- II. Punir os culpados pela situação conflituosa.
- III. Reparar os danos causados pelo conflito.
- IV. Reintegrar os envolvidos na comunidade.
- V. Fortalecer os vínculos comunitários.
- VI. Prevenir futuros conflitos.

Estão corretas as afirmações:

- (A) I; III; IV; V
- (B) I; II; III; IV; VI
- (C) I; III; IV; VI
- (D) I; III; IV; V; VI
- (E) II; III; IV; VI

79 – O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE é considerado um dos maiores e mais abrangentes do mundo, no que se refere ao atendimento universal aos escolares e de garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável. O referido programa tem como público alvo:

- (A) todos os alunos matriculados.
- (B) todos os alunos matriculados na educação básica e superior.
- (C) todos os alunos matriculados na educação básica das escolas federais.
- (D) todos os alunos matriculados na rede pública de educação básica.
- (E) todos os alunos matriculados na educação básica que não têm condições de levar alimentação para a escola.

80 – Segundo Ana Maria de Albuquerque Moreira os recursos públicos devem, obrigatoriamente, se destinar à cobertura de despesas para o funcionamento da escola, sempre de acordo com:

- (A) O plano de ação aprovado pelo conselho ou colegiado.
- (B) O orçamento aprovado.
- (C) A missão a ser alcançada pela escola.
- (D) O plano de ação da escola.
- (E) O plano de ação do Conselho de Escola.

81 – Como afirma Ricardo Chaves de Rezende Martins, um cadastro patrimonial bem mantido é uma necessidade da boa gestão e uma segurança para o gestor.



Quando há mudança na gestão de uma escola, o novo gestor passa a ser o responsável por ele, e deve, em prazo curto:

- (A)** Verificar os bens patrimoniais da escola.
- (B)** Solicitar para a supervisão escolar os dados cadastrais do patrimônio.
- (C)** Solicitar para a DE, o inventário analítico de bens patrimoniais móveis.
- (D)** Verificar todo o patrimônio da escola, conferindo-o com os registros existentes no cadastro.
- (E)** Fazer um inventário novo.

Elaboração: Silvia Ferrari, Adriana Sapede Rodrigues, Heloisa Pereira Louro e Maria Nunes Bezerra – professoras do Instituto de Estudos Educacionais Sud Mennucci. Direção: Aurora Fioretti Novais.